

Pequenas agroindústrias familiares em Júlio de Castilhos–RS: entraves e avanços na implantação das boas práticas de fabricação

Rosângela Oliveira Soares Lanes¹
Dieter Rugard Siedenberg²

Resumo: O presente estudo versa sobre os entraves e avanços na implantação das boas práticas de fabricação (BPF) em pequenas agroindústrias familiares de Júlio de Castilhos, RS. O objetivo foi analisar e descrever as razões que dificultam a implantação do BPF junto às agroindústrias familiares municipais. Foram visitadas dez unidades familiares, destas, cinco unidades estão cadastradas no programa gaúcho de agroindústria, caracterizando uma amostra não probabilística definida por critérios de acessibilidade e tipicidade (Vergara, 2010). Os resultados mostram que, no município, ainda não existe nenhuma agroindústria familiar devidamente regularizada e apta a receber o Selo Sabor Gaúcho. Os resultados apontam a falta de recursos para construção de instalações e equipamentos de custos elevados; a concorrência das redes; o aprendizado de novas práticas de transformação do alimento para agregação de valor e a mesma legislação para as grandes indústrias; a não consideração do conhecimento do agricultor no processo de controle de qualidade.

Palavras-chave: Agroindústrias familiares. Boas práticas de fabricação. Entraves e avanços no desenvolvimento de Júlio de Castilhos.

1 Introdução

O município de Júlio de Castilhos apresenta uma população com 19.579 habitantes em 2010, assim distribuídos: 82,2% na zona urbana e 17,7% na zona rural (IBGE, 2010). Sua estrutura econômica possui características predominantemente agropecuárias, com ênfase na criação de gado de corte e cultivo de soja. No meio rural, existem aproximadamente 1.400 propriedades, isto é, com propriedades de até 50 hectares, sendo 979 unidades de produção familiar (IBGE, 2010).

Na última década, município apresentou significativas transformações na ocupação do espaço rural, que dantes era subutilizado com pecuária extensiva. Houve ocupações por arrendamento, pela compra de pequenas propriedades e pela desapropriação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) das terras ociosas que não exerciam função social, dando origem a assentamentos rurais. Toda esta ocupação diversificada da terra possibilitou a expansão e diversificação da agricultura familiar no município e, por consequência, a diversificação da produção agrícola (MOREIRA e DAVID, 2009, p. 128).

¹ Mestre em Desenvolvimento. Administradora. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos. pro_rosangela@hotmail.com

² Doutor em Desenvolvimento. Professor Orientador. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI. dieters@unijui.edu.br

Assim a transformação da matéria-prima nas propriedades rurais deu origem a algumas agroindústrias em Júlio de Castilhos. No município, existem agroindústrias de melado, queijo, embutidos, mandioca, moinho, iogurte, entre outras. Porém, grande parte destes empreendimentos opera na informalidade, ou seja, não estão legalmente registrados. Algumas não possuem Alvará Sanitário, a outras, falta o registro de inspeção sanitária, licenciamento, responsável técnico, ocasionando, assim, pouco ou nenhum controle da qualidade do produto que sai da propriedade.

O incentivo à criação de agroindústrias através de políticas públicas por parte dos governos municipais, estaduais e federal, visando o desenvolvimento regional, aparentemente, possibilita que estas sejam criadas e mantidas por produtores rurais juntamente com suas famílias, buscando assim a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Um exemplo claro desse incentivo oficial é o Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, o uso do selo de marca de certificação “Sabor Gaúcho” (Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR, nº 01, de 21 de junho de 2013) oriundo do Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul e instituiu o selo de marca de certificação ‘Sabor Gaúcho’ (Decreto nº 49.341, de 05 de julho 2012) e da Lei 13.921, 17 de janeiro de 2012 que Instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul (GOV. ESTADO RS, 2012).

A adesão a esse programa propicia incentivos como a facilidade de crédito, a tributação diferenciada, assistência técnica, inspeção, certificação de origem, comercialização, entre outros benefícios. Atualmente, o Rio Grande do Sul tem 1.675 empreendimentos de agricultores familiares, cadastrados no Programa de Agroindústria Familiar. Destes, somente 348 agroindústrias estão formalizadas.

Assim, com base nessa discrepância (1.675 e 348) bem como no fato de que certamente há um número bem maior de Unidades de Produção Familiar (UPF's) não cadastradas, esse estudo procura descrever as razões que dificultam a implantação do programa de boas práticas de fabricação de alimentos (BPF) nas pequenas agroindústrias familiares, localizadas no município de Júlio de Castilhos, RS

Em função desse incentivo inicial, surge a necessidade de um estudo mais específico junto aos agricultores familiares, que procuram comercializar seus produtos no meio urbano. Para habilitar-se a tanto, é necessário que observem as diretrizes constantes no Manual de Boas Práticas de Fabricação. Porém, isto nem sempre ocorre e as razões dessa dificuldade de adequação a essa normativa legal nem sempre são claras.

2 Referencial Teórico

2.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar deve ser entendida como uma forma social de trabalho e produção que ainda conserva suas características típicas, neste caso, dos agricultores de Júlio de Castilhos. A agricultura familiar de hoje é extremamente dinâmica do ponto de vista econômico e social o que envolve uma diversidade muito grande de sistemas produtivos e de vínculos intersetoriais (Gazolla, 2004, p. 25).

As pesquisas de Gazolla (2004) apontam que o conceito de agricultura familiar teve seu início na sociedade brasileira, na década de 90, através dos estudos de Schneider (2003). Este, por sua vez, situa o reconhecimento do termo agricultura familiar e dá três motivos para

isso. O primeiro motivo é a própria pesquisa, desenvolvida por Abramovay (1998) e da Veiga (1991) que deram status teórico e reconhecimento acadêmico ao termo como categoria analítica. O segundo é a pressão e as mobilizações das próprias representações sindicais e movimentos sociais no período. E, o terceiro motivo decorre, em partes, dos outros dois, é o surgimento do programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, que deu caráter público ao termo dentro do Estado Brasileiro.

Entretanto, mesmo com alguns esforços anteriores, pode-se considerar que foi o Censo Agropecuário de 2006 que permitiu caracterizar um pouco melhor a agricultura familiar, em diferentes âmbitos geográficos.

Um aspecto importante a destacar é que 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são de agricultores familiares. No Estado, essa participação é ainda mais significativa (86%). Nos dois casos, nota-se o histórico processo de concentração fundiária que se deu no país: a elevada participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos contrasta com sua baixa participação na posse da terra.

O número de agricultores familiares no Estado é de 86% já em Júlio de Castilhos é de 65% o que representa uma diferença de quase 20% a mais em estabelecimentos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Também observa-se que a área ocupada pelos agricultores familiares no município é superior a área ocupada no estado numa média de 33% a mais (a cada 10.000m² de terra ocupada por agricultores familiares no RGS, em Júlio de Castilhos o percentual sobre para 15.000m²). Nesse pressuposto, pode-se concluir que em Júlio de Castilhos a terra é mais produtiva, possibilitando assim maior desenvolvimento, especialmente através da agricultura familiar de pequeno porte.

Historicamente a agricultura familiar sempre esteve presente nos pequenos municípios, onde as atividades intensivas de mão de obra rural estavam relacionadas com a dimensão da propriedade, o relevo mais acidentado, entre outros.

A continuidade da agricultura familiar somente se dará se existir a cooperação e reciprocidade, inclusive através do compartilhamento de recursos com o objetivo de manter as características da origem, qualidade, autenticidade, frescor e especificidade dos produtos associados à agricultura familiar (PLOEG, 2008, p. 299).

Scarabelot e Schneider (2012, p. 102) afirmam que a contribuição da agricultura familiar para produção de alimentos e a superação da insegurança alimentar é fato que tem sido amplamente reconhecido nos anos recentes no Brasil. Conforme esses autores:

... o papel mais destacado da agricultura familiar continua a ser a agregação de valor à produção agrícola e à transformação desta em produtos e serviços que circulam em nível local. E este efeito torna-se tão ou mais significativo de acordo com a região em que se encontra a agricultura familiar, porque, além dos impactos diretos, pode haver ou ocorrer o que os economistas chamam de externalidades territoriais, que são as vantagens que decorrem de um ambiente em que há ganhos decorrentes das economias de escopo, que requerem maior cooperação e interação horizontal

2.2 Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte

Zylbersztajn (2010, p. 18) afirma que os agentes que atuam na fase de transformação do alimento são denominados por agroindústria. Esta pode ser de primeira transformação, que

adiciona atributos ao produto, sem transformá-lo, ou de segunda, quando o produto de origem primária sofre modificação física.

A participação dos pequenos produtores no processo produtivo pode ocorrer através de industrialização dos produtos agropecuários. A pequena agroindústria, nessa perspectiva, torna-se uma importante alternativa, sendo possível citar a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas em geral e a fabricação de queijos, embutidos e defumados de carne. Destaca-se, dessa forma, como acepção de agroindustrialização o processo de beneficiamento dos produtos agropecuários ou a transformação de matérias primas, gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal (SCHNEIDER(b), 2011).

2.3 Boas Práticas de Fabricação

As BPF abrangem um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelas indústrias de alimentos a fim de garantir a qualidade sanitária e a conformidade dos produtos alimentícios com os regulamentos técnicos regulados pela legislação sanitária federal (ANVISA, 2011).

Batalha (2008, p. 545) refere que os elementos observados em um programa de BPF são: pessoal; edifícios e instalações; produção; equipamentos e utensílios; limpeza e sanitização; codificação; armazenagem e distribuição e controle de pragas.

Na realidade das agroindústrias de Júlio de Castilhos, inicialmente foi aplicado o *check list* nas UPFs para avaliar as conformidades ou não do estabelecimento. Faz-se um relatório, contendo um parecer das condições encontradas. O programa de Boas Práticas é específico para cada UPF, de acordo com as características individuais e deverá permanecer à disposição no local quando da inspeção dos órgãos competentes e necessidade de consulta por parte de todos da equipe.

2.4 Resolução de Diretoria Colegiada nº 275

A verificação das Boas Práticas de Fabricação se dá através da aplicação RDC nº 275 de 21 de outubro de 2002, autorizada pela ANVISA, a qual analisa os estabelecimentos industriais que são abrangidos no âmbito do Regulamento Técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de BPF para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

A lista de verificação (*check list*) apresenta todos os pontos a serem observados para saber se o estabelecimento está em conformidade com as BPF, sendo utilizada nas inspeções sanitárias para: comunicação do início de fabricação de produto dispensado da obrigatoriedade de registro, inspeção programada, programas específicos de vigilância sanitária, reinspeção, renovação de licença sanitária, renovação de registro, solicitação de licença sanitária, solicitação de registro, verificação ou apuração de denúncia, além de outros motivos.

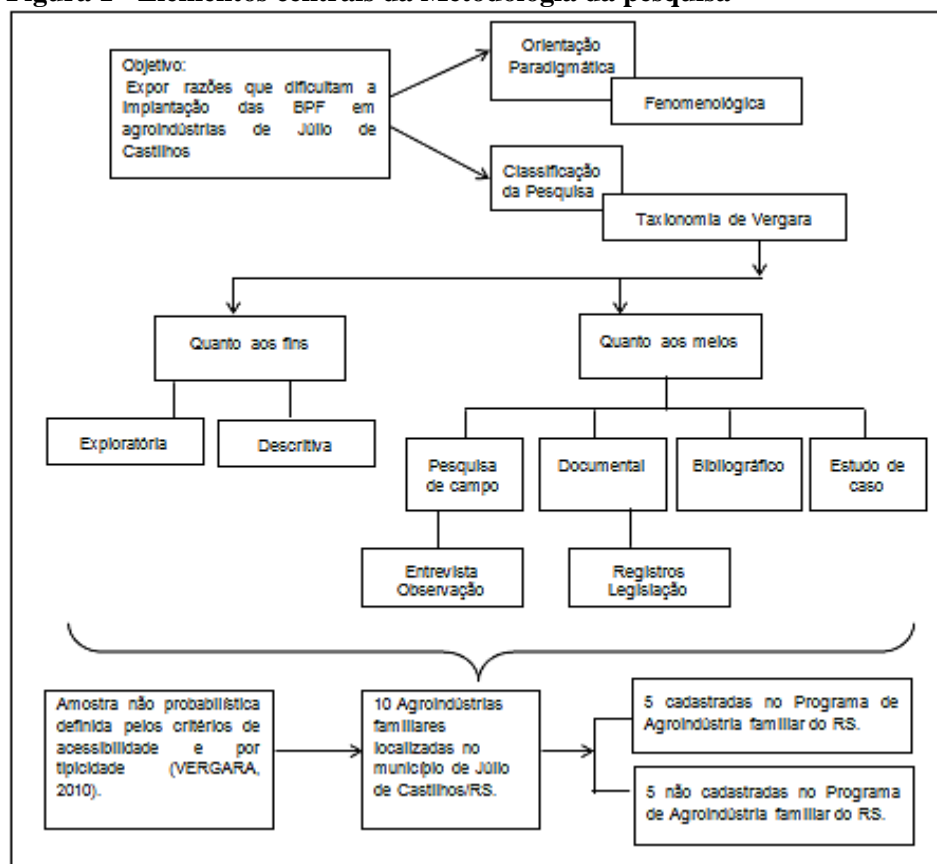
3 Metodologia

Para a classificação da pesquisa, tomou-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (2010), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos

meios. Quanto aos fins, a pesquisa foi exploratória e descritiva. Quanto aos meios, a pesquisa foi de campo, documental, bibliográfica e estudo de casos.

Na figura 1, estão sintetizados ilustrativamente os principais elementos que nortearam a estruturação desta pesquisa.

Figura 1 - Elementos centrais da Metodologia da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora, (2013)³.

Após reconhecimento preliminar sobre a situação das agroindústrias do município, convencionou-se definir para pesquisa as agroindústrias que estão cadastradas no Programa da Agroindústria Familiar do Estado. Porém, até o início da pesquisa, constavam apenas cinco agroindústrias incluídas no programa. Assim, também foram escolhidas, para realização desta pesquisa, mais cinco agroindústrias familiares que vendem seus produtos na feira municipal e que não estão cadastradas no referido programa.

Na fase exploratória da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre aspectos técnicos, teóricos e legais da produção agroindustrial, dentre estes: sistema agroindustrial, qualidade alimentar, boas práticas de fabricação e implicações das agroindústrias sobre o desenvolvimento local.

³ O projeto de pesquisa teve início no ano de 2013.

O diagnóstico das agroindústrias foi realizado por meio de observação e entrevista com os proprietários das dez agroindústrias selecionadas. Depois foi aplicado o *check list* de verificação, o qual está baseado na legislação de BPF (BRASIL, 2002a), para verificar todos os aspectos necessários à manutenção da qualidade e segurança do produto.

Figura 1 – Peculiaridades das agroindústrias familiares, analisadas em Júlio de Castilhos em 2013

Denominação	C(cadastrada)		Pessoas envolvidas na agroindústria
	NC (não cadastrada)	Produção	
Agro_10	C	Cucas, pães, compotas, chimias, frios	2
Agro_3	C	Mandioca descascada e embalada	2
Agro_5	C	Farinha de milho e canjica de milho e trigo	2
Agro_7	C	Agnoline, massas,ucas.	2
Agro_8	C	Iogurte	2
Agro_1	NC	Doces, nozes, vinho	4
Agro_2	NC	Pães,ucas, salgados	8
Agro_4	NC	Pães,ucas, bolachas	2
Agro_6	NC	Pães, bolachas	3
Agro_9	NC	Feijão	2

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A pesquisa ou entrevista realizada com base num roteiro prévio, utilizado para atender ao objetivo desse estudo, que busca captar a percepção dos empreendedores rurais sobre os motivos e razões que os levam a rejeitar a adoção do Programa de BPF em suas propriedades, ocorreu no período de outubro a dezembro de 2013.

A análise foi desenvolvida essencialmente com base nas observações e informações reunidas no trabalho a campo. Nesta etapa, foram aproximadamente quarenta dias distribuídos entre outubro de 2013 e janeiro 2014, em que a pesquisadora entrevistava agricultores familiares e os observava. Quando necessário, retornava até a agroindústria para esclarecimento de dúvidas pendentes.

4 Agroindústrias em Júlio De Castilhos: Análises e Discussões

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Júlio de Castilhos atingiu, em 2011, o 75º posto de arrecadação no RS, o que representou 0,20% de participação no PIB do estado, também conquistou a 99ª posição no PIB *per capita* do estado.

Tabela 1 - Valor Adicionado Bruto setorial de Júlio de Castilhos e do estado do RS em 2011.

	Valor Adicionado Bruto setorial de Júlio de Castilhos e do estado do RS em 2011							
	Agropecuária		Indústria		Administração Pública		Serviços	
	Em R\$	Em %	Em R\$	Em %	Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
Júlio de Castilhos	129.227.000,00	23,5	30.577.000,00	5,6	60.033.000,00	10,9	330.957.000,00	60,1
Rio Grande do Sul	20.913.952,00	7,9	61.158.495,00	23,1	36.900.671,00	13,9	145.644.653,00	55,0

Fonte: Dados obtidos a partir do site da FEE em 2014 (FEE, 2011).

Como se percebe na Tabela 1, em Júlio de Castilhos as atividades de prestação de serviços preponderam no contexto municipal representando 60,1% do Valor Adicionado Bruto em 2011. Ao passo que a agricultura representa somente 23,5% do total, a administração pública 10,9% e as atividades industriais 5,6%.

Estudar a realidade das agroindústrias de Júlio de Castilhos foi um tanto interessante desde a trajetória de visitar as unidades familiares até vencer os desafios do registro das informações coletadas. No município 65% dos estabelecimentos agropecuários são constituídos por agricultura familiar (IBGE, 2006).

A tabela, indica que 65% dos estabelecimentos agropecuários são constituídos por agricultura familiar e especifica ainda outras relações.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar em Júlio de Castilhos, 2006.

Condição do produtor	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)		
	Total	Não familiar	Agricultura familiar	Total	Não familiar	Agricultura familiar
Total	979	339	640	100	34,63	65,37
Proprietário	654	299	355	66,8	30,54	36,26
Assentado sem titulação	233	-	233	23,8	-	23,8
Arrendatário	70	34	36	7,15	3,47	3,68
Parceiro	6	4	2	0,61	0,41	0,2
Ocupante	12	1	11	1,23	0,1	1,12
Produtor sem área	4	1	3	0,41	0,1	0,31

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Estes agricultores familiares castilhenses manipulam seus produtos e levam para comercializar na cidade, expondo seus produtos na Feira do Produtor

Os principais produtos fabricados pelas agroindústrias pesquisadas pertencem ao ramo de panificação, tais como pães,ucas, bolachas. Também se destacam na produção de

doces, chimias e geleias. A mandioca é vendida descascada e embalada assim como o feijão, que é ofertado para os clientes, está escolhido e embalado.

Estes agricultores familiares castilhenses manipulam seus produtos e levam para comercializar na cidade, expondo seus produtos na Feira do Produtor.

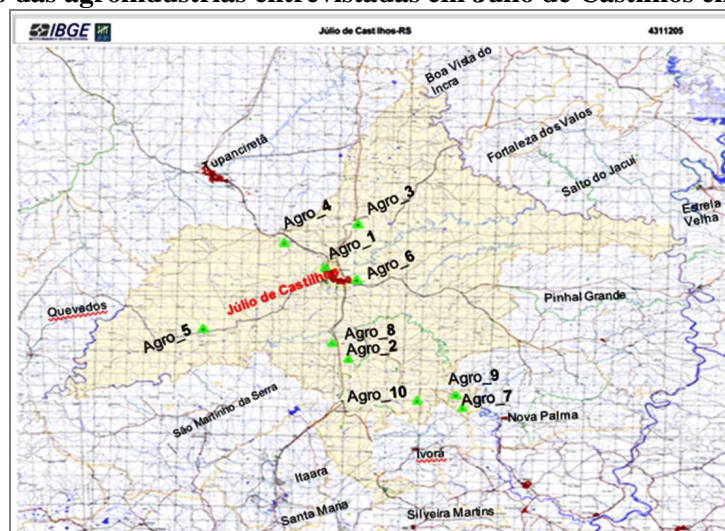
No contexto dos estabelecimentos visitados, pode-se perceber que, na grande maioria, somente o casal reside no estabelecimento. Destes, no geral, quem executa o trabalho de manipulação dos alimentos é a mulher, na maioria das vezes, sozinha. No entanto o marido participa do plantio e colheita dos produtos que serão utilizados para a manipulação na agroindústria.

Na cidade, existem duas Feiras de Produtores. A primeira feira existe há mais de duas décadas. Localizada na Rua Coberta da cidade. Atualmente existem oito famílias que ofertam seus produtos todas as sextas do mês na rua coberta. A outra Feira do Produtor, inaugurada a dois anos. Localizada na Praça Manuel Alvarenga. Essa feira é realizada todos os sábados. Reunindo dezoito famílias, das quais, dezesseis famílias residem em assentamentos da reforma agrária: Alvorada, Santa Júlia e Fazenda do Sobrado. Comercializam pães, cucas, doces, compotas, frutas, verduras, peixes e derivados, ovos, farinha de milho, canjica, entre outros produtos. Os feirantes fazem um rodízio de participação na feira, ou seja, num sábado, participam algumas, no outro sábado outras famílias. A infraestrutura desta feira conta com um *Kit Feira* originário de um repasse do projeto Feiras de Abastecimento Popular da Reforma Agrária – desenvolvido pelo Incra/RS.

As entrevistas com os agricultores familiares do município mostraram que o convívio com o plantio da propriedade ou da horta retoma os tempos em que moravam na propriedade de seus pais. Dessa forma, a reprodução familiar baseada na agricultura familiar foi, pouco a pouco, formando um estilo de vida ao longo das gerações. A escolha em continuar com o cultivo da terra é tratada, na maioria das vezes, como algo herdado e natural.

Considerando tais aspectos históricos e culturais, a figura 2 apresenta localização dos dez empreendimentos selecionados nesta análise.

Figura 32 - Localização das agroindústrias entrevistadas em Júlio de Castilhos em 2013.



Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do IBGE, 2014.

As agroindústrias visitadas estão situadas em diferentes pontos do município, o que corrobora a ideia de desenvolvimento, uma vez que essas unidades familiares desejem aperfeiçoar sua produção, adotando boas práticas de fabricação, maior cuidado com as edificações e instalações e com os equipamentos, móveis e utensílios para que tenham um melhor controle com os manipuladores dos alimentos no que refere a vestuário, hábitos higiênicos, utilização de equipamento de proteção individual (EPI), maior controle no fluxo da produção, na qualidade do produto final e no transporte do produto final, ou seja, no momento em que o agricultor decidir aplicar o manual de BPF e os POP's poderá fabricar um produto de melhor qualidade e, assim, terá mais possibilidade de melhorar o seu estabelecimento e seu entorno.

4.1 Conhecimento sobre BPF

Quando questionados se tinham algum entendimento sobre boas práticas ou da necessidade da aplicação da mesma na agroindústria, foi respondido “fazer as coisa bem organizadas, bem feitas, dentro das normas que é pra ser. Ter higiene em primeiro lugar. Por exemplo: se é um produto de comer, o alimento deve ser bem embalado, bem protegido é uma boa maneira de conservar os produtos, se é da parte de alimentação. Se é da parte, por exemplo, da adubação, na maneira de produzir, que não tenha agrotóxico, não seja uma coisa que prejudique a saúde por porque tudo deve se assim, dentro do que é o bem estar da pessoa”.

Percebe-se que, através dos depoimentos, bem como através da visita que se fez *in loco*, sobre o conhecimento das BPF, as pessoas que transformam os alimentos nas agroindústrias, apresentam algum conhecimento sobre como manipular os produtos. Cultivam aquele conhecimento empírico, de geração após geração.

As agroindústrias entrevistadas, algumas, relataram interesse em fazer adequações no espaço destinado para produção especialmente na aquisição de maquinários industriais para contribuir na produção, porém, incorrem nos empecilhos para realizar as adequações.

Ao indagar os agricultores sobre o conhecimento dos mesmos sobre a existência de linhas de crédito disponíveis, seja do governo estadual ou federal para incentivar os pequenos produtores ao cultivo e transformação de suas plantações, as respostas apontam que quase totalidade dos entrevistados tem conhecimento das linhas de créditos disponíveis.

A agroindustrialização no município de Júlio de Castilhos, especialmente no foco desse trabalho, pequenas agroindústrias familiares, é bastante incipiente. Oficialmente, existe apenas uma agroindústria cadastrada e habilitada a vender sua produção fora do município e apta a participar do programa de merenda escolar. As demais estão cadastradas no Programa Gaúcho de Agroindústria Familiar, porém, ainda existem entraves técnicos, estruturais, burocráticos e a não realização do curso de Boas Práticas de Fabricação para estarem aptas a receber o selo ‘Sabor Gaúcho’.

No entanto, grande maioria dos entrevistados relata optar por não pedir empréstimos em bancos. Referem que vão construindo conforme podem, ou seja, de acordo com o rendimento das vendas.

O Estado oferece incentivo aos agricultores para fortalecer, ampliar ou mesmo iniciar sua produção agroindustrial. Vale citar, na esfera municipal, existem municípios que já

desenvolvem o programa municipal da agroindústria, tais como o Pacto Fonte Nova de Crissiumal, o Cooper Jeito Caseiro de São Francisco de Assis, Programa Municipal de Agroindústria Familiar de Caxias do sul, Taquara, Santa Clara do Sul entre outras. Na esfera regional, está sendo incentivado o desenvolvimento das pequenas agroindústrias através do cooperativismo nos municípios coordenados pela Emater Santa Maria, onde Júlio de Castilhos está inserido.

Na esfera estadual, as agroindústrias familiares recebem incentivo através da adesão ao Selo Sabor Gaúcho, do Sistema Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte, o Susaf-RS⁴, entre outros.

Na esfera federal, os incentivos às agroindústrias ocorrem através do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Este sistema já está sendo trabalhado na Quarta Colônia, região de abrangência da Emater Santa Maria, onde, também, se enquadra o município de Júlio de Castilhos, que faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar. A agroindústria que tiver equivalência vai poder vender o seu produto em todo o território nacional.

5 Considerações

Na contextualização deste estudo constatou-se que, em torno de 11% da população rural produz bens de consumo (alimentos) para 89% da população castilhense. A produção oriunda da agricultura familiar caracteriza-se por um sistema de produção artesanal, comercializada semanalmente nas feiras municipais. O cultivo diversificado nas pequenas propriedades se dá com base na produção de mandioca, feijão, amendoim, nozes, abóbora, cana de açúcar, hortaliças, milho, bem como da produção de leite e derivados de carne. Destes produtos, agregados a outros, originam-se pães, doces,ucas, bolachas, iogurte, rapaduras, farinhas, salames, entre outros, evidenciando a produção de um largo leque de alimentos oriundos da agroindústria familiar.

Percebeu-se durante a pesquisa realizada em dez agroindústrias familiares visitadas que, apesar delas não estarem devidamente regularizadas, necessitam de maior acompanhamento técnico, orientado para a linha de produção com maior detalhamento em cada atividade executada. Percebeu-se entre os envolvidos nas agroindústrias, que muitos buscam qualificação e recebem informações de técnicas de produção, porém geralmente compatíveis com as utilizadas em agroindústrias de maior porte.

Tomando como referência a questão básica do estudo proposto (Por que há tanta resistência por parte dos agricultores familiares de Júlio de Castilhos na implantação do programa de Boas Práticas de Fabricação em seus empreendimentos agroindustriais?) chega-se à conclusão de que os entraves pelos quais os agricultores familiares não se adequam à normativa de BPF se dá por diversas razões, entre as quais cabe destacar: a) a falta de perspectiva de continuidade do negócio pelo motivo dos agricultores estarem em idade avançada; b) seus filhos já saíram da propriedade para buscar novas alternativas de trabalho; c) os custos bastante altos para investimento e adequação da agroindústria às normativas

⁴ SUSAF-RS, aprovado pela Lei n.º 13.825 de 4 de novembro de 2011. O primeiro município no estado a aderir ao programa foi São José do Sul.

legais; d) as complicações burocráticas em relação as quais o agricultor não tem conhecimento, nem sequer tempo para organizar a papelada exigida na formalização da agroindústria; e, e) a relação custo benefício, também é um fator de desmotivação para os agricultores devido ao alto valor investido e demora no retorno do investimento.

Partindo dos entraves mencionados, é relevante apontar algumas sugestões: a) o poder público local poderia realizar uma maior divulgação, incentivar, conscientizar e tornar possível a aprendizagem sobre boas práticas de fabricação de alimentos para, assim, melhorar a transformação da matéria-prima existente nas propriedades rurais e conseqüente constituição de agroindústrias. O poder público local também deveria, além do oferecimento do ensino e incentivo, fiscalizar as atividades de produção realizadas pelos agricultores familiares. Ainda, poderia ser criado um fundo municipal de apoio à pequena propriedade, para pensar as necessidades pontuais das unidades familiares. Outros municípios do Estado já estão instituindo programas para o fortalecimento de agroindústrias e esta ação poderia ser uma referência para o município de Júlio de Castilhos.

b) O Instituto Federal Farroupilha pode contribuir para o desenvolvimento local através da realização de projetos de extensão que permitam que os pequenos agricultores possam tomar conhecimentos sobre gestão de empresas rurais, através de treinamento de curta duração, porém, realizados com frequência regular. Esses treinamentos poderiam contemplar assuntos como finanças, boas práticas de fabricação, marketing, tecnologias, culturas alternativas, preservação do meio ambiente, alimentos orgânicos, valorização dos produtos locais, entre outros.

c) A Emater também tem papel fundamental para auxiliar os agricultores familiares no que tange a oferta de cursos específicos e acompanhamento periódico para juntos estudar a realidade de cada propriedade e assim, definir o que melhor se adequa para o estabelecimento familiar possibilitando uma cultura com maior rendimento.

Com o aumento das agroindústrias no município seriam alavancados os fluxos da cadeia produtiva, desde a aquisição de insumos até a venda dos produtos ao consumidor, pois através da consolidação das agroindústrias novas unidades familiares poderiam ser incentivadas a produzir.

Os resultados, apresentados e analisados neste artigo, servem de referência para a continuidade de pesquisas na área e assim, poderão contribuir para a definição ou reformulação de atividades e políticas favoráveis ao melhoramento dos processos nas agroindústrias brasileiras.

6 Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas. São Paulo: Hucitec, 2ª ed. 1998 (coleção Estudos Rurais).

BATALHA, Mario Otávio (Org.) *et al.* **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3ª ed. 2 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada nº 275**, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das

Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/alimentos/bpf.htm>> acesso em 22.jul.2014.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 30.dez.2014.

BRASIL.: Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de BPF para estabelecimentos elaboradores/ Industrializadores de Alimentos. Ministério da agricultura e Abastecimento. Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997.

EMATER-ASCAR. **Relatório Anual** - Atividades municipal Escritório Emater de Júlio de Castilhos, Dez. 2012.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do alto Uruguai/RS.** UFRGS. Porto Alegre. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. 2004 (Dissertação de Mestrado).

GOVERNO DO ESTADO DO RS. Lei 13.921, 17 de janeiro de 2012 Cria que **Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar** no Estado do Rio Grande do Sul.

_____ Resolução SDR nº 01, de 21 de junho de 2013, que **Regulamenta** o Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, **o uso do selo de marca de certificação “Sabor Gaúcho”**.

IBGE. **Censo agropecuário de 2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13.jan.2014.

MOREIRA, Vinicius Silva; DE DAVID, Cesar. **Territórios rurais em Júlio de Castilhos – RS: da pecuária extensiva à agricultura familiar.** Geo UERJ - Ano 11, v.3, n.20, 2º semestre de 2009.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SCARABELOT, Maristela. SCHNEIDER, Sérgio. . As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local- Um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. Faz Ciência (UNIOESTE. Impresso), v. 14, p. 101-130, 2012.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo-SP: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1991. (Coleção Estudos Rurais).

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava (Orgs.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares.:** indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira: Pensa/USP, 2000.

Organizadores:

ANEGEPE
Associação Nacional de
Empresários e Gestores de
Pequenas Empresas

Realizadores

